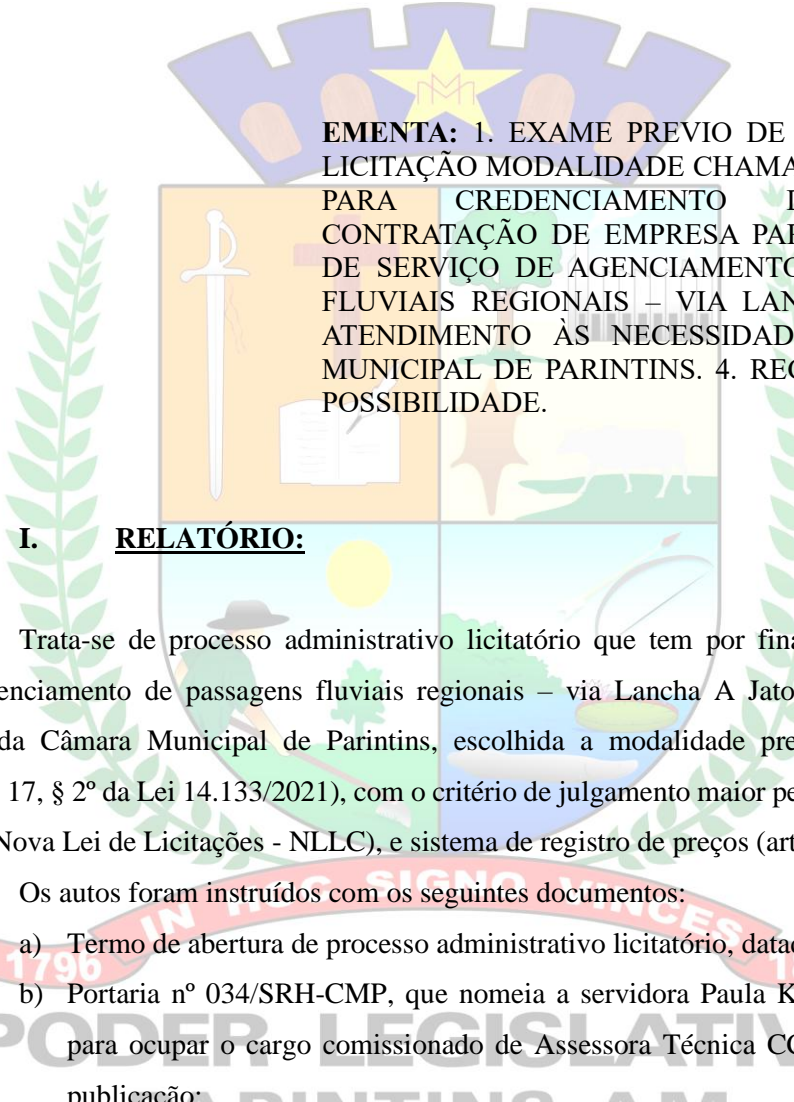


PARECER JURÍDICO n° 020/2025-AJ/CMP

PROCESSO N° 013/2025-CL/CMP

INTERESSADO: Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Parintins.

ASSUNTO: Chamamento Público para Credenciamento de eventual contratação de empresa para a prestação de serviço de agenciamento de passagens fluviais regionais – via Lancha A Jato em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Parintins.



EMENTA: 1. EXAME PREVIO DE LEGALIDADE DE LICITAÇÃO MODALIDADE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS FLUVIAIS REGIONAIS – VIA LANCHAS A JATO EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS. 4. RECOMENDAÇÃO. 5. POSSIBILIDADE.

I. RELATÓRIO:

Trata-se de processo administrativo licitatório que tem por finalidade prestação de serviço de agenciamento de passagens fluviais regionais – via Lancha A Jato em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Parintins, escolhida a modalidade pregão, em sua forma eletrônica (art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021), com o critério de julgamento maior percentual de desconto (art. 33, II da Nova Lei de Licitações - NLLC), e sistema de registro de preços (art. 78, IV da NLLC).

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos:

- a) Termo de abertura de processo administrativo licitatório, datado em 25/04/2025;
- b) Portaria n° 034/SRH-CMP, que nomeia a servidora Paula Karina Soares Gomes para ocupar o cargo comissionado de Assessora Técnica CC-2, com sua devida publicação;
- c) Portaria n° 107/SRH-CMP, que nomeia a servidora Inara Machado Oliveira para o cargo comissionado de Assessor Técnico, CC-2 para a secretaria administrativa, para redigir documentos e inserir dados em sistemas e processos licitatórios, com vencimentos e atribuições inerentes ao cargo, com suas devidas publicações;
- d) Portaria n° 100/SRH-CMP, que designa presidente e membros da comissão de contratação para atuarem na realização dos procedimentos auxiliares, para substituir o agente de contratação em licitações que envolvam bens e serviços especiais e

- modalidade de diálogo competitivo e demais modalidades nas quais o decreto nº 11.246/2022 define que será realizado pela comissão de contratação, no âmbito da Câmara Municipal de Parintins, com a sua devida publicação;
- e) Documento requisitório, Memorando nº 013/2025-SEAD/CMP, datado em 25/04/2025;
 - f) Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Parintins, autorizando a abertura de processo administrativo licitatório e demais trâmites;
 - g) Catálogo de padronizações impresso do portal da transparência;
 - h) Documento de Formalização da demanda – DFD;
 - i) Pesquisa de mercado;
 - j) Ofício nº 08/2025/SEAD-CMP, datado em 22/04/2025, solicitando cotação de preços a empresa M. L. TRANSPORTES E VIAGENS;
 - k) Resposta empresa M. L. TRANSPORTES E VIAGENS, datado em 24/04/2025;
 - l) Ofício nº 09/2025/SEAD-CMP, datado em 22/04/2025, solicitando cotação de preços a empresa Ana Lourdes Reis dos Santos;
 - m) Resposta empresa Ana Lourdes Reis dos Santos., datado em 24/04/2025;
 - n) Ofício nº 010/2025/SEAD-CMP, datado em 22/04/2025, solicitando cotação de preços a empresa C S GLORIA LTDA.;
 - o) Resposta empresa C S GLORIA LTDA; datado em 24/04/2025;
 - p) Planilha de cotação de preços, datado em 30/04/2025;
 - q) Estudo Técnico Preliminar, datado em 06/05/2025;
 - r) Anexo I, Memorial de cálculo do consumo de passagens fluviais de 2024, e projeção de uso para 2025, datado em 30/04/2025;
 - s) Análise de risco, datado em 06/05/2025,
 - t) Termo de referência, datado em 09/05/2025;
 - u) Recurso Orçamentário – Memorando nº 013/2025/SF-CMP, datado em 09/05/2025;
 - v) Encaminhado para análise Jurídica – Memorando nº 069/2024-CL/CMP, datado em 09/05/2025;
 - w) Minuta do Edital de Credenciamento nº 007/2024-CL/CMP, com os anexos: Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, minuta da ata de registro de preços e minuta termo de contrato.

É a síntese do necessário.

Passamos a análise jurídica que o caso requer.

II. CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS:

O presente processo, foi encaminhado a esta assessoria jurídica, para análise jurídica acerca da contratação, em consonância com o art. 53 da Lei nº 14.133/2021 que assim prevê:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante **análise jurídica** da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica; (grifo nosso)

Posto isto, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem da discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Ressalte-se que o parecer jurídico visa informar, elucidar, enfim, sugerir providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa.

Cumprido esclarecer, também, que toda verificação desta Assessoria Jurídica tem por base as informações prestadas e a documentação encaminhada pelos órgãos competentes e especializados da Administração Pública. Portanto, tornam-se as informações como técnicas, dotadas de verossimilhança, pois não possui a Assessoria Jurídica o dever, os meios ou sequer a legitimidade de deflagrar investigações para aferir o acerto, a conveniência e a oportunidade dos atos administrativos a serem realizados, impulsionados pelo processo licitatório.

Toda manifestação expressa posição meramente opinativa sobre a contratação em tela, não representando prática de ato de gestão, mas sim uma aferição técnico-jurídica que se restringe a análise dos aspectos de legalidade nos termos do artigo 53 da Lei nº 14.133/21, aferição que, inclusive, não abrange o conteúdo de escolhas gerenciais específicas ou mesmo elementos que fundamentaram a decisão contratual do administrador, em seu âmbito discricionário.

III. ASPECTOS LEGAIS/DOCTRINÁRIOS

Inicialmente, tem-se que a regra que obriga o Administrador Público a licitar as respectivas contratações públicas foi inserida pelo constituinte no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual “ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, (...)”. Assim, o procedimento licitatório, que antecede o contrato administrativo, permite a disputa entre vários interessados, em igualdade de condições, possibilitando à

Administração Pública encontrar a proposta mais vantajosa, na busca do Desenvolvimento Nacional Sustentável (CARVALHO, 2017).

Hely Lopes Meirelles conceitua e elenca as finalidades da licitação. Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse, inclusive o da promoção do desenvolvimento econômico sustentável e fortalecimento de cadeias produtivas de bens e serviços domésticos. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. Tem como pressuposto a competição. (MEIRELLES, 2016, p. 310).

A partir de uma conjugação entre o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.133 com os arts. 37, XXI e 175 da Constituição Federal, conclui-se que todos os Entes da Administração Pública e aqueles por ela controlados são obrigados realizar processo de licitação pública previamente à contratação de obras, serviços, compras e alienações, bem como, para a concessão e permissão de serviços públicos, sendo assegurada igualdade de condições a todos os interessados. Já o conceito do credenciamento com base na Lei 14.133/21, está disposto no no Art. 6º, XLIII, verbis:

XLIII - credenciamento: processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados;

Importante consignar que a Lei 14.133/21 não considera o credenciamento como uma modalidade de licitação, mas tal hipótese como um dos procedimentos auxiliares previstos no seu Art. 78, I.

Registra-se que o credenciamento está previsto no art. 79 da Lei 14.133/2021 que textualmente estabelece: Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:

I - Paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;

II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;

III - em mercados fluidos: caso em que a flutuação constante do valor da prestação e das condições de contratação inviabiliza a seleção de agente por meio de processo de licitação.

Parágrafo único. Os procedimentos de credenciamento serão definidos em regulamento, observadas as seguintes regras:

I - a Administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados;

II - na hipótese do inciso I do caput deste artigo, quando o objeto não permitir a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, deverão ser adotados critérios objetivos de distribuição da demanda;

III - o edital de chamamento de interessados deverá prever as condições padronizadas de contratação e, nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, deverá definir o valor da contratação;

IV - na hipótese do inciso III do caput deste artigo, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação;

V - não será permitido o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

VI - será admitida a denúncia por qualquer partes nos prazos fixados no edital.

No âmbito da Câmara Municipal de Parintins o Decreto Municipal 072/2023 PGMP e o Decreto Lei 102/2025 CMP, que visa justamente regulamentar a Lei 14.133/2021.

Ademais, esse procedimento auxiliar é adotado quando se constata, na fase de planejamento da contratação, que a abordagem mais vantajosa para a administração consiste em permitir que uma gama de fornecedores se qualifique para fornecer os bens ou serviços desejados, em virtude da inviabilidade ou ineficácia de selecionar um único fornecedor por meio de disputa, de modo a atender adequadamente ao interesse público.

Em todas essas situações de credenciamento previstas no art. 79 da Lei 14.133/2021, a Administração deverá respeitar o princípio da publicidade, divulgando e mantendo à disposição do público os atos praticados no processo; o edital de credenciamento, com as condições padronizadas de contratação, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados durante a vigência do edital.

Destaque-se que os fornecedores credenciados têm o direito de solicitar o descredenciamento a qualquer momento.

No entanto, essa solicitação não exime o credenciado das obrigações decorrentes de contratos já assumidos nem das responsabilidades advindas deste. Importante mencionar que a Lei 14.133/2021 proíbe a subcontratação do objeto sem que haja autorização expressa da Administração.

A Lei dispõe ainda que será admitida a denúncia do contrato por qualquer das partes do contrato, nos prazos fixados no edital.

Por fim, com base no art. 74, IV, da Lei n. 14.133/2021, é inexigível a licitação nas hipóteses de credenciamento. A inexigibilidade fundamenta-se porque o credenciamento possui lógica oposta àquela regente da licitação.

É que, quando a Administração engendra procedimento licitatório, quer-se, mediante critérios objetivos, a seleção da proposta mais vantajosa, dentre todas as ofertadas. No credenciamento, o sentido é outro: a Administração almeja ter ao seu dispor a maior quantidade possível de interessados, porque da pluralidade de fornecedores advém a vantajosidade.

Sobre o tema pontua o professor Alexandre Mazza¹:

O credenciamento é o processo administrativo de chamamento de interessados em prestar serviços ou fornecer bens para a Administração. Todavia, no credenciamento não há disputa, já que todos os interessados, preenchendo os requisitos previstos no ato de convocação, podem ser chamados a executar o objeto (art. 6º, XLIII). Ao contrário dos ritos competitivos, serão credenciados diversos fornecedores a fim de que, surgindo a necessidade, sejam chamados para a prestação.

Feitas considerações, cumpre destacar que no presente procedimento a Administração busca realizar a contratação, como já citado, de pessoas jurídicas especializadas para eventual aquisição de passagens fluviais regionais – via Lancha A Jato para atender as necessidades da Câmara Municipal de Parintins.

Tal contratação se amolda de forma perfeita ao inciso I do Art. 79, tendo em vista que a contratação das empresas será paralela e não excludente, ou seja, todas as empresas credenciadas vão ser contratadas, embora não necessariamente ao mesmo tempo, conforme o Parágrafo Único, II também do Art. 79.

Para a legalidade do procedimento, faz-se necessária a observância da previsão do artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021, que estabelece todos os elementos que devem ser compreendidos na fase preparatória de todo processo licitatório para contratação pública.

Analisando os documentos que compõe a instrução do processo de contratação, constata-se a presença da definição do objeto e das justificativas para a sua contratação, a autorização da Autoridade Competente para a instauração do processo de contratação, o estudo técnico preliminar, a pesquisa mercadológica, a previsão de dotação orçamentária, o termo de referência, e a minuta do Edital.

Conforme se observa do procedimento o objeto é lícito, visto que tem como objetivo, a contratações de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de agenciamento de passagens fluviais regionais – via Lancha A Jato visando o atendimento das finalidades institucionais da Câmara Municipal de Parintins, qual seja, oferecer serviços públicos e de qualidade.

Ademais, registra-se a existência do plano anual de contratações neste Órgão e se confirma a compatibilidade da contratação com o referido Plano.

Seguindo a análise, verifica-se que o termo de referência elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contém os seguintes itens: descrição da necessidade, quantidade, área requisitante, alinhamento entre a contratação e o planejamento, descrição dos requisitos da contratação, da especificação dos serviços, forma e critérios de seleção do fornecedor, responsabilidades da contratada, responsabilidades da contratante, do prazo de vigência, das condições de pagamento, dos preços e alterações - aumento e supressão, da fiscalização, das sanções, alternativas disponíveis no mercado, estimativa do valor da contratação, descrição da solução como um todo, etc, contendo, por conseguinte, todos os elementos exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021. que assim determina:

Por sua vez, o estudo técnico preliminar apresentado nos autos possui consonância com o preceito da lei 14.133/2001 (art. 18).

Portanto, o procedimento encontra-se em perfeita harmonia ao mínimo exigido em lei e disposto no §1º e incisos do artigo 18 da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal 072/2023 e Decreto Lei 102/2025.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame se encontra em consonância com as exigências mínimas da NLLC para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

Com respeito à MINUTA DO EDITAL, conforme sabido, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública, tendo

aquele sido submetido à análise jurídica contendo elementos essenciais como Documento de Formalização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Formulário de Pesquisa de Preços, minuta do Edital.

Diante do apresentado, afere-se que os itens da minuta do Edital estão de acordo com a legislação.

Por fim, com respeito ao princípio da publicidade, registra-se que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial dos Municípios.

Destarte, da análise dos dispositivos supra em cotejo com o caso em tela, que tem por objeto Chamamento Público para Credenciamento de eventual contratação de empresa para a prestação de serviço de agenciamento de passagens fluviais regionais – via Lancha A Jato em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Parintins, constata-se, claramente, que o processo encontra-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais.

IV. CONCLUSÃO

Diante do exposto, com base na Lei 14.133/2021, regulamentada no âmbito do município de Parintins/AM pelos Decretos Municipais nº 072/2023 PGMP e Decreto lei 102/2025 CMP; art. 37, XXI e 175 da CF OPINA-SE pela legalidade do presente procedimento de Chamamento Público para Credenciamento de eventual contratação de empresa para a prestação de serviço de agenciamento de passagens fluviais regionais – via Lancha A Jato em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Parintins

Ante o exposto, obedecidas as demais regras contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal Nº 072/2023-PGMP, sou de parecer que o processo atende as exigências contidas na legislação, tanto no Edital como na minuta da Ata de Registro de Preços, entende-se que a Administração Pública poderá adotar o Credenciamento Presencial, visto que devidamente justificado, encontrando-se o Edital com as cautelas de estilo, razão pela qual esta Assessoria Jurídica recomenda o prosseguimento do feito, além do correto preenchimento das informações relativas à locais, datas, horários e *links* de acesso, no momento anterior à publicação do Edital, bem como, recomendando-se a observância do prazo mínimo de divulgação do art. 55 da legislação de regência:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

I - para aquisição de bens:

- a) **8 (oito) dias úteis**, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;

Registra-se, tempestivamente, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual acostada nos autos.

Não se incluem no âmbito de análise desta Assessoria os elementos técnicos pertinentes ao certame, bem como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis.

É o parecer.

Devolvam-se os autos à origem para a adoção das providências cabíveis.

Parintins-AM, 13 de maio de 2025.



SANDRA MARIA PACHECO TAVARES NUNES
Advogada OAB/AM nº 7.259
Assessora Jurídica- Portaria nº 082/2025-CMP.

1796 **IN HOC SIGNO VINCES** 1852
PODER LEGISLATIVO
PARINTINS-AM